



Fazer-visível: A contribuição da Arquitetura Forense para uma visão compartilhada e poli-perspectiva sobre os conflitos contemporâneos e a experiência latino-americana

Paula Marujo Ibrahim¹

Resumo

Esta pesquisa analisa a área de conhecimento e prática da Arquitetura Forense (AF), da qual decorre a agência Forensic Architecture (FA), para compreender como o encontro entre a Ciência Forense e a Arquitetura pode gerar ferramentas pertinentes para leitura e contraposição a formas de violência e opressão, e como este tipo de prática se insere no território latinoamericano. FA é uma agência de pesquisa baseada na Universidade de Goldsmiths em Londres, fundada em 2010 pelo arquiteto e professor Eyal Weizman. Através do uso combinado de instrumentos da arquitetura, ciência forense e da estética, o grupo investiga casos de crimes estatais e violação de direitos humanos, no contexto urbano e ambiental, a favor e conjuntamente com as comunidades afetadas. O foco está em tornar visível elementos dificilmente detectáveis pelo olho humano, investigar o ambiente e seus elementos como sensores, que podem capturar eventos e registrá-los em sua superfície. Através de análise teórica e de um estudo de caso no contexto brasileiro, a pesquisa busca definir a Arquitetura Forense como um conjunto de métodos capazes de visibilizar formas de violência e ter uma ação efetiva na luta por direitos, através da criação de uma nova epistemologia colaborativa que interconecta diversas áreas de conhecimento para combater a violência de Estado, e analisar as novas linguagens da Arquitetura Forense na América Latina, com iniciativas que situam a prática a partir de outras necessidades e perspectivas.

¹ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Forensic Architecture

A Arquitetura Forense (AF) é uma área de conhecimento da qual decorre o Forensic Architecture (FA), agência de pesquisa baseada na Universidade de Goldsmiths em Londres, fundada em 2010 por um grupo de doutorandos, pesquisadores e artistas, coordenados pelo arquiteto e professor Eyal Weizman, diretor e principal investigador da agência. Através do uso da arquitetura como metodologia, o grupo investiga casos de crimes estatais e corporativos, violência política e violação de direitos humanos, no contexto urbano e ambiental.

A agência é formada por arquitetos, designers e artistas visuais, e também colabora com diversos profissionais como antropólogos, arqueólogos, programadores, entre outras especialidades da área forense e de tecnologia, a depender do caso de investigação. Através da criação de uma estética investigativa e de métodos de análise espacial, procura demonstrar como linguagens visuais de poder e violência são construídas – tecnológica, arquitetônica e esteticamente – e como podem ser quebradas, gerando formas de resistência e contraposição às várias formas de autoridade. Seu objetivo é inverter a lógica forense tradicional e utilizá-la para a investigação do próprio Estado, e por isso definem sua prática como contra-forense (Weizman, 2017).

Para a AF, a arquitetura é, alternadamente, o objeto de investigação, o método de pesquisa, e a forma de apresentação dos resultados encontrados (Weizman, 2017). O foco está em tornar visível elementos difusos ou dificilmente detectáveis pelo olho humano, e investigar o ambiente construído, o meio ambiente e seus elementos como sensores, que podem capturar eventos e registrá-los em sua superfície. Analisam esses registros e apresentam os resultados em modelos digitais 3D navegáveis que funcionam como dispositivos ópticos e interpretativos, examinando as relações entre evidências através da sincronização entre elas.

Em uma sociedade permeada pelo avanço de tecnologias de vigilância, pela proliferação midiática, pela problemática das *fake news*, e pelo surgimento de novas formas de poder e controle que atuam de forma sistêmica, a verdade é um campo de batalhas, e a visibilização espacial da violência se torna cada vez mais importante para a compreensão de sua dimensão e consequências. Por isso, os métodos do FA se mostram pertinentes para a investigação de conflitos contemporâneos, contribuindo para a construção de um novo formato analítico que transita entre diferentes áreas de

conhecimento, tensionando e entrecruzando seus limites de atuação, e permitindo a expansão e transformação do uso da arquitetura como mecanismo de investigação, em defesa dos direitos humanos e ambientais.

Após 13 anos de formação, aprofundamento da teoria, desenvolvimento da prática e de novas metodologias, e formação de profissionais e pesquisadores, a AF passa hoje por um processo de difusão da metodologia e expansão da prática, representado principalmente pela disseminação dos métodos de análise e abertura dos processos investigativos, e pelo surgimento de novas agências de investigação ao redor do mundo. A "atomização" do FA em uma área de conhecimento e prática mais ampla é algo inevitável e positivo ao campo, que, ao expandir-se para outros territórios, comunidades, contextos políticos, sociais e econômicos, inevitavelmente cria novas linguagens, novas formas de investigar e de socializar e apresentar as pesquisas, em novos fóruns, desde o contexto, necessidades e recursos locais.

Na medida em que o FA expande sua atuação, dissemina sua prática e teoria, técnicas e metodologias, e a partir do surgimento de iniciativas e novas agências de investigação, o campo da AF, ao mesmo tempo em que se expande – atingindo outros territórios e questões locais específicas –, também se transforma – na necessidade de criar outras abordagens e métodos de análise e pesquisa para contemplar outros espaços. Este artigo buscará entender o contexto em que essas iniciativas se inserem, e as novas perspectivas a partir das quais se situam.

Imagem e verdade na contemporaneidade

A mediação da relação humana por imagens é uma temática amplamente explorada por diversos teóricos desde o advento da fotografia no século XIX, e ganha novas perspectivas frente ao avanço de tecnologias de informação e vigilância. O aumento do campo visual contemporâneo resultante desses avanços engendra hoje uma série de transformações sociais importantes e cria novas políticas da imagem e do olhar que regem grande parte das interações e relações humanas. Em *O que vemos, o que nos olha*, o filósofo e historiador de arte francês Georges Didi-Huberman traz conceitos para elucidar nossos modos de ver as imagens. Ele defende que ver é uma operação do indivíduo que estabelece uma relação entre aquele que olha e aquilo que é olhado (Didi-Huberman, 1998). Quase trinta anos depois da publicação da obra, é possível perceber

que essa relação se dá de forma cada vez mais assimétrica, pois há um verdadeiro abismo entre os mecanismos pelos quais vemos e somos vistos.

Hoje, a sociedade da informação hipervisível² nos oferece uma promessa de nitidez através de um fluxo ininterrupto de dados, imagens e notícias em uma escala nunca antes experienciada. Conseguimos penetrar fundo naquilo que olhamos, tão fundo que acabamos por perder nosso senso de referenciamento. Imersos nessa névoa produzida pelo excesso de estímulos gerados pela aparelhagem contemporânea, e constantemente vigiados por câmeras, celulares e algoritmos, nossa capacidade cognitiva de referenciação em relação ao entorno e de distanciamento crítico é embotada, facilitando assim a perda da capacidade de leitura, posicionamento e resposta frente ao que vemos (Wisnik, 2018). Desta forma, o abismo entre as formas de ver e ser visto é permeado por um grande *nevoeiro* (Wisnik, 2018) que se adensa na passagem do moderno para o contemporâneo.

Essa condição contemporânea da hiperconectividade (Wisnik, 2018) pode ser pensada a partir do conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1995), uma somatória de fatores e estímulos positivos que se sobrepõem constantemente em lógica de rede, ou pelo hiperespaço de Fredric Jameson (1997), que parte do pressuposto de que as mudanças ocorridas no espaço pós-moderno do capitalismo tardio refletem na criação de um território que não pode mais ser habitado fisicamente, provocando um "achatamento perceptivo" (Wisnik, 2018, p. 203) do sujeito em relação ao seu entorno. Assim, perde-se a capacidade de mapear-se cognitivamente (Jameson, 1997), pois nos vemos diante de uma mudança espacial que não é acompanhada na mesma velocidade por mudanças subjetivas (Wisnik, 2018).

No mesmo sentido, Eyal Weizman, arquiteto, professor, e fundador e diretor do FA, entende que vivemos em um mundo *hiperestetizado*,³ no qual a questão estética se tornou demasiada intensa à condição humana. Há muitos dados, imagens e informações difundidos por infinitos canais, de forma que não é mais possível registrar e organizar

² Jean Baudrillard (1991), em sua obra *Simulacros e simulação*, define a hipervisibilidade como uma condição imposta pela saturação do espaço de visão pela hegemonia das imagens, e pela consequente perda de uma capacidade cognitiva do reconhecimento de referenciais.

³ O conceito de *Hiperestética* é definido por Eyal Weizman e Matthew Fuller em *Investigative Aesthetics: Conflicts and Commons in the Politics of Truth* como um estado de sentido estético e capacidade sensorial aguçados, resultado da disseminação de práticas e mecanismos de vigilância e monitoramento, que ampliam as formas de sensibilização e registro dos eventos e relações que ocorrem no mundo.

os sentidos para captar o que está sendo transmitido. O cérebro humano não consegue compreender a imensidão de material midiático em circulação, e, por consequência, não consegue fazer sentido dela. Weizman chama essa condição de *Hiperestesia*, definida por um distúrbio neurológico que provoca o excesso de sensibilidade de um sentido ou órgão a qualquer estímulo (Fuller & Weizman, 2021).

Como um filme fotográfico que, se exposto à luz, ao invés de registrar a informação acaba por apagá-la, a *Hiperestesia*, em diálogo com o conceito do *Nevoeiro*, é uma condição que traduz o *blur* contemporâneo (Wisnik, 2018). Advindo das ruínas da percepção, a *Hiperestesia* é um momento de crise, permeado por forças políticas que usam a falta de referenciação como oportunidade para captar discursos, inflamar discussões, e disseminar notícias falsas, problematizando ainda mais a questão da verdade na contemporaneidade (Fuller & Weizman, 2021).

Para além da imagem que vemos, existe também a imagem que nos vê. Vivemos em um mundo constantemente mapeado e vigiado. Ferramentas digitais, hoje indissociáveis da rotina pública e privada de qualquer indivíduo, ao mesmo tempo em que facilitam muitas de nossas atividades diárias, também vigiam dados e movimentações de seus usuários. Drones, câmeras de segurança ligadas a aplicativos, sistemas reconhecimento facial, algoritmos de redes sociais que identificam comportamentos. Esta condição produz um cenário em que nossas relações com o mundo são mediadas por imagens invisíveis, que se comunicam entre si, mas não são visíveis a nós. Desta forma, o mundo em que vivemos não é somente produzido por máquinas, mas também "operado por redes que estão muito distantes de nossa percepção – e mais ainda de nosso controle" (Foster, 2021, p. 151).

Nessa nova dimensão estética e cognitiva, a imagem se tornou um campo de disputas. Ela é ao mesmo tempo um dispositivo de vigilância, uma mercadoria, forma de produção e comunicação, e um meio pelo qual se exerce o poder e o controle. As políticas da imagem hoje definem o que pode ser visto, representado e conhecido (Beiguelman, 2021). Portanto, relendo Didi-Hubberman (1998), se não podemos mais ver as imagens, e não somos capazes de entender e muito menos controlar o que nos olha, como nos reposicionar frente a esse domínio estético opressor contemporâneo das imagens que se apresentam a nós? Como podemos desvelar as camadas e regular o

brilho das telas (Wisnik, 2018)? Como aprender a ver e pensar como máquinas nessa nova ordem digital?

Junto ao FA, Eyal Weizman acredita no poder de quebrar as imagens como forma de desestruturar linguagens visuais de poder e assume um caminho político. Weizman não acredita em vencer esses mecanismos de vigilância e controle, mas, ao contrário, busca se apropriar deles para atuar em defesa dos direitos humanos. Ele entende que, em conflitos contemporâneos, tanto a violência quanto sua investigação são práticas imagéticas, e defende a ideia de que precisamos habitar as imagens (Weizman, 2017), e o faz através da arquitetura.

No trabalho realizado pela agência, a arquitetura funciona como uma ferramenta contemporânea de fazer visível, de possibilitar enxergar as imagens e através das imagens, como forma de interpretar e agir sobre os conflitos contemporâneos de opressão estatal e violência sistêmica, para a defesa civil. Se o avanço de tecnologias e o volume de informações, dados e imagens cria outros regimes políticos e meios de opressão, também permite surgir um novo contexto investigativo de contestação e resistência.

Em outro aspecto, a necessidade do FA como prática surge também do fato de que os conflitos contemporâneos são cada vez mais registrados, e muitos deles ocorrem em áreas urbanas ou ambientes construídos densamente populados. Portanto, a produção de evidências, além de serem geradas em uma escala muito maior – tanto por civis, ativistas, quanto por câmeras de segurança espalhadas pela cidade, imagens de satélite, e outros instrumentos de vigilância –, são amplamente compartilhadas em redes sociais e plataformas digitais. Ao mesmo tempo em que isso implica na complexificação da compreensão dos eventos contemporâneos, com as ferramentas certas, também expandem as formas de monitoramento. (Weizman, 2020)⁴.

Portanto, pode-se argumentar que, na contemporaneidade, existe uma imensa dificuldade de referenciação e posicionamento frente a relações de poder e processos políticos. Também se torna ainda mais complexo desconstruir discursos de negação,

⁴ É importante enfatizar que a cidade, em sua compreensão formal e urbana, não é o único ambiente investigado nem a única fonte de evidências para o FA. Hoje, a floresta é um dos principais espaços de conflito e violações, e as árvores, as folhas, o solo, são elementos de análise que fazem parte de uma construção que não se enquadra na definição de cidade moderna ocidental, mas compartilha a mesma capacidade de registro e funcionalidade como espaço de vida, política, habitação e trabalho.

imagens e verdades, pois fica cada vez mais nebuloso detectar como estes foram construídos. Se a cidade se torna um ambiente midiático cada vez mais denso, emerge o potencial investigativo da arquitetura dentro do contexto de defesa civil e luta contra a violação de direitos humanos. Engajada com outras formas de conhecimento, as habilidades espaciais da arquitetura podem contribuir, desta forma, para a organização das formas de enxergar e se posicionar na contemporaneidade. Portanto, através do trabalho do grupo, é possível entender como a arquitetura pode ser um instrumento potente para enxergar através do nevoeiro, e uma ferramenta para que outros possam, juntos, dissipar a névoa e combater regimes de violência e opressão.

A distinção dos métodos investigativos do FA é a realização da prática forense a partir da produção e aplicação de evidências arquitetônicas, ou seja, a agência faz uso da arquitetura como uma prática investigativa. O FA parte, assim, de uma interrogação espacial e material para adentrar uma questão política. As investigações têm início com uma questão relativa ao espaço, onde as coisas estão em relação uma à outra, e como um incidente ou evento é registrado neste contexto espacial. Mas, a prática espacial, no trabalho do FA, ocorre em relação a diversas outras práticas e conhecimentos, como uma montagem de saberes que, em uma investigação, dão suporte um ao outro.

O processo formal da investigação passa por três estágios que se relacionam entre si, o campo, o laboratório, e o fórum. O primeiro é o local onde as evidências são colhidas, o segundo é o espaço no qual o material é processado e analisado, e o terceiro, onde ocorre a apresentação dos resultados (Weizman, 2017). A partir do momento de uma explosão, um disparo, uma invasão, a cidade começa a registrar esses eventos. Tanto em matéria – nas ruínas, no buraco deixado por uma bala na parede de uma casa, uma janela ou uma porta quebrada – quanto em imagens – celulares gravam, a câmera de segurança capta imagens, rádios passam mensagens. Portanto, as investigações do FA possuem uma qualidade estética, e a arquitetura e o ambiente construído adquirem o caráter e uso como mídia, pois são recursos que permitem compreender o contexto de determinado evento através das informações retidas em suas mutações formais, que posteriormente podem ser externalizadas e difundidas (Weizman, 2017).

Assim, o campo, no trabalho contra-forense, é composto em sua maioria por evidências *crowdsourced*⁵ destes acontecimentos, ou seja, materiais como vídeos, fotos e testemunhos gerados de forma independente por cidadãos, agências de mídia, instituições de direitos humanos, ou mesmo qualquer indivíduo que tenha vivenciado e registrado aquele evento e disponibilizado seu conteúdo *online*. Neste sentido, o campo não é neutro, é dinâmico, definido por conflitos e violência, e as evidências são complexas, o que envolve que o trabalho investigativo e o processamento do material no estúdio sejam feitos de forma a verificar de diversas formas os fatos registrados.

Além de se utilizar da arquitetura como sensor e das análises do ambiente construído para a produção de evidências, o FA também se utiliza da arquitetura como método de pesquisa para a análise dos regimes ópticos produzidos pelos conflitos contemporâneos. Para fazer uma leitura desse denso ambiente imagético contemporâneo, é necessário entender a relação entre estas imagens, construir pontes entre elas e sincronizá-las.

Frente a esta situação, o FA faz uso do que define de Complexo Arquitetônico-Imagético (Weizman, 2017), um método de análise que faz uma leitura específica da vastidão de imagens disponíveis para poder localizá-las e compô-las no espaço e reconstruir espacialmente o incidente. Desta forma, a arquitetura e suas ferramentas funcionam como um dispositivo óptico, de fazer visível, que possibilita a leitura das imagens através da construção de modelos, facilitando sua visualização e ainda possibilitando a navegação na cena do crime a partir de uma série de relações entre tempo e espaço: "pesquisando através dessa rede imagética [...] podemos encontrar, sincronizar e rearranjar as imagens para remontar incidentes visualmente e virtualmente no espaço. Para ver, neste contexto, é necessária uma construção e composição, portanto, a arquitetura" (Weizman, 2017, p. 100).

Assim, cria-se um modelo espacial que permite reunir diferentes perspectivas situadas sobre o ocorrido, identificando evidências e informações inserindo-as no espaço em questão. Esta espacialização dos dados resulta na construção de modelos tridimensionais do incidente capazes de conectar relações que, a princípio, poderiam parecer desconexas. Portanto, trata-se de um modelo poli-perspectivo (Fuller &

⁵ Informações *crowdsourced* são dados gerados por uma grande quantidade de pessoas, obtidos através do conteúdo disponível na internet e mídias sociais.

Weizman, 2021), que reúne não somente diferentes perspectivas espaciais, mas também diversas metodologias, conhecimentos, e agentes. É uma prática coletiva de elaboração e composição, que envolve desde as pessoas que se arriscam para fazer uma filmagem de um incidente violento, aqueles que sofrem a violência, ativistas que os defendem, arquitetos que constroem o modelo, especialistas que analisam as imagens, cientistas, advogados que defendem as vítimas, entre muitos outros agentes, que atuam através de uma *epistemologia colaborativa*, que suportam a verdade e sua verificação. Pois, para confrontar crimes estatais e produzir evidências contra as mais poderosas estruturas e instituições da sociedade, é preciso que a estrutura evidenciária seja sólida e verificável, para que assim possa suportar ataques e questionamentos (Weizman, E. 2022).

Assim, o FA não está somente interessado em conduzir investigações políticas, mas em tornar o próprio processo investigativo em uma questão política. Para isso, as evidências devem ser socializadas publicamente e o processo precisa ser passível de crítica e verificação, não somente internamente, pelo trabalho da equipe, mas pela comunidade que sofre a violência e pela sociedade em geral.

Os modelos arquitetônicos virtuais, além de serem um modo de análise, são também a forma de apresentação final da investigação, e podem ser mais facilmente entendidos por advogados ou outros profissionais envolvidos no caso, e também pelo público em geral. Desta forma, um acontecimento complexo pode ser apresentado de forma intuitiva, facilitando sua compreensão e difusão.

Nenhum fórum é neutro. Cada espaço está inserido dentro de uma realidade política e social específica e isso afeta a condição em que o caso pode ser apresentado, e consequentemente os efeitos de sua apresentação. O espaço jurídico, por exemplo, apesar de ser um fórum importante para a luta por direitos e reparação, nem sempre irá mobilizar uma ação política. Quando o Estado é o infrator e seu próprio investigador, mesmo que haja um sistema de defesa civil, é muito comum que um processo jurídico contribua para a institucionalização da violência, reforçando o *status quo*. Neste sentido, a intenção do grupo é mobilizar múltiplos fóruns, e atuar através de diferentes abordagens, para aumentar a sensibilidade do público e de diferentes atores sobre aquele tema específico.

É possível observar, portanto, que a arquitetura e os métodos de análise espaciais estão presentes nas três etapas investigativas do trabalho contra-forense da agência.

Mais do que ferramentas ou instrumentos investigativos, a arquitetura é o ponto de partida para pensar espacialmente os eventos violentos contemporâneos, observar as transformações materiais registradas na superfície do espaço físico, e pensar as relações entre arquitetura, direitos humanos, mídia e violência. A arquitetura, neste sentido, atua através de um raciocínio sistêmico, como um campo articulador que promove a integração de múltiplos conhecimentos e o estabelecimento de conexões entre saberes e atores.

Arquitetura Forense na América Latina

De certa forma, é possível afirmar que a AF tem início na América Latina, através do desenvolvimento da área da antropologia forense e da importância da evidência material nos processos de reparação e justiça de transição pós-ditaduras militares, um trabalho principalmente relacionado ao desenvolvimento de tecnologias de reconhecimento de DNA aplicadas aos corpos dos desaparecidos políticos, que engendrou um movimento chamado “Virada Forense”.

Junto ao teórico Thomas Keenan, Eyal Weizman cunha o termo “Estética Forense”, para descrever a forma como técnicas forenses envolvem o uso da estética para tornar os fatos e acontecimentos visíveis, em uma obra em que os autores analisam o processo de reconhecimento dos restos mortais do médico e oficial da SS Josef Mengele, encontrado pela polícia no Brasil e estudado por cientistas forenses em São Paulo, com auxílio de Clyde Snow, antropólogo de renome que deu início aos trabalhos de antropologia e arqueologia forense na Argentina, pioneiros na área que depois se expande mundialmente (Weizman, 2017). Weizman entrevistou Snow em 2011, em busca de informações sobre o reconhecimento do crânio de Mengele à época da escrita do livro, e conta que o antropólogo, ao ser apresentado às ideias do FA, disse que “quando você está tentando contar uma história, a evidência arquitetônica é tão essencial quanto à evidência osteológica” (Weizman, 2017), e sugeriu que ele fosse conhecer o trabalho do grupo de antropologia forense que Snow havia estruturado também na Guatemala, para ajudá-los no trabalho de reconhecimento e localização de ruínas de antigas aldeias indígenas destruídas durante o genocídio sofrido pela população na década de 1980. Um dos primeiros casos do FA, portanto, é o caso

“Genocídio no Triângulo Ixil”, realizado por Weizman e Paulo Tavares, junto à equipe forense guatemalteca.

Neste sentido, mesmo que o processo de justiça de transição no Brasil tenha suas particularidades em relação a outros países da América Latina, hoje, o trabalho da AF desde este território não envolve os desaparecidos políticos da ditadura, mas outros tipos de práticas violentas de apagamento desses sujeitos históricos, seja nas comunidades periféricas, ou em territórios indígenas. Assim, o FA, embora tenha se desenvolvido conceitualmente e materialmente na Europa, tem sua formação intrinsecamente ligada aos movimentos forenses que tiveram início na América Latina, onde o campo de direitos humanos é permeado por essa temática e tecnologias de reparação.

O Massacre de Paraisópolis

Para compreender a aplicação prática da metodologia da AF no contexto latinoamericano, nos próximos parágrafos será apresentado um breve resumo de um caso de investigação realizado pelo CAAF (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp) do qual a autora é colaboradora externa⁶, envolvendo uma operação policial durante a realização do Baile Funk da DZ7 no Complexo de Paraisópolis, comunidade com mais de cem mil habitantes na zona sul da cidade de São Paulo, que resultou na morte de nove jovens de 14 a 23 anos de idade que frequentavam o baile na ocasião, deflagrando não somente um episódio específico e emblemático de violência policial, mas um processo histórico e sistêmico de violações de direitos da juventude periférica perpetradas pelo Estado brasileiro.

O CAAF/Unifesp foi convidado pela Defensoria do Estado de São Paulo para realizar uma análise multidisciplinar sobre o caso como forma de contribuir, instruir e

⁶ A investigação realizada pelo CAAF é coordenada por Desirée de Lemos Azevedo, antropóloga, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas e atualmente pesquisadora no CAAF/Unifesp, e conta com uma equipe interdisciplinar formada por Ana Paula de Souza Velloso, biomédica, mestra pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e consultora forense no CAAF/Unifesp; Cássia Aranha, artista multimídia, doutoranda em Artes Visuais na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e pesquisadora no CAAF/Unifesp; Lorrane Campos Rodrigues, historiadora, mestra pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pesquisadora no CAAF/Unifesp; Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido, advogada, bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e pesquisadora no CAAF/Unifesp; Maria Cristina Quirino Portugal, mãe de Denys Henrique Quirino da Silva, vítima do Massacre, e pesquisadora do CAAF/Unifesp; e Paula Marujo Ibrahim, autora da presente pesquisa. Além disso, o processo de investigação contou com a participação e colaboração ativa de onze familiares e quatro defensores públicos.

fornecer apoio técnico-científico para a investigação, como parte de uma parceria entre o centro e o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NECDH), firmada em 2019⁷. A partir disso, formou-se um grupo específico de trabalho para o caso, coordenado pela antropóloga Desirée Lemos de Azevedo.

A demanda e uso de princípios metodológicos da AF no caso de Paraisópolis ocorre por conta da dinâmica espacial dos acontecimentos que se passaram dentro do território da comunidade, aspecto fundamental para a compreensão da sequência dos fatos que levaram à morte dos nove jovens, e pela abundância de evidências audiovisuais disponíveis e a importância do seu papel na compreensão da espacialidade dos atos, conforme será explicitado nas próximas páginas. Além disso, este caso é emblemático para a pesquisa, pois, pelas características espaciais e imagéticas do ocorrido, a própria Polícia Civil produziu, pela primeira vez, uma perícia de AF dos acontecimentos, reconstruindo espacialmente a narrativa policial através de tecnologias de escaneamento a laser e modelagem 3D da dinâmica dos eventos⁸.

Contextualização

A narrativa estatal do ocorrido naquele dia, corroborada nos depoimentos dados pelos policiais, justifica a intervenção no pancadão pela existência de um terceiro elemento, criminosos em uma moto que adentraram o baile atirando contra os agentes, e pela resistência dos frequentadores do evento, que jogaram pedras e outros objetos contra a polícia. Para conter a multidão, os PMs teriam chamado suporte de outros agentes, e usado armas químicas e cassetetes. Quando ouviram chamados de socorro de uma viela, descobriram os corpos pisoteados. Houve tentativa de socorro, porém, pelo atraso, foram autorizados a levar as vítimas a um hospital mais próximo.

Em resumo, o Estado defende que houve resistência, que por consequência do tumulto causado pela entrada da motocicleta no baile as vítimas foram pisoteadas, e que eles prestaram socorro a elas. Portanto, os policiais sustentam a narrativa de inexistência de nexo de causalidade entre as mortes e sua intervenção no baile, pois as vítimas teriam

⁷ Acordo de Cooperação N° 01/2022 Ref. ao Processo DPESP N° 2021/0005465.

⁸ Ver: BERGAMIN, Giba. Peritos e policiais usam scanner para captar imagens dos becos onde 9 jovens morreram em Paraisópolis. G1.com., 05 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/05/peritos-e-policiais-usam-scanner-para-captar-imagens-dos-becos-onde-9-jovens-morreram-em-paraisopolis.ghtml> Acesso em: 20 ago. 2023.

sido pisoteadas durante um tumulto causado pela entrada da motocicleta. Também justificam o uso da força para o controle da multidão que resistiu à ação policial.

Porém, há evidências audiovisuais e testemunhos que vieram à público e confrontam a versão oficial do Estado. O relato de pessoas que frequentavam o baile na ocasião do evento, corroborado por vídeos e fotos de celular e câmeras de segurança, indicam que não houve perseguição, troca de tiros, ou qualquer objeto atirado em direção aos policiais que justificasse a intervenção, ofensiva que partiu da Polícia Militar. A versão de quem estava presente, dos moradores de Paraisópolis que presenciaram o incidente e das famílias das vítimas é de que a PM atuou de forma a realizar uma emboscada, se posicionando nas saídas das ruas e vielas e fechando as vias de acesso, encurralando os frequentadores e os agredindo com cassetetes, garrafas, balas de borracha e armas químicas, causando propositalmente as mortes dos adolescentes.

Metodologia

No primeiro momento da investigação, após estabelecidas as principais questões a serem analisadas através do trabalho coletivo com as famílias, o CAAF buscou verificar as alegações estatais contidas nos depoimentos dos agentes sobre a sequência de fatos que levaram às mortes. Portanto, nesta fase, a pesquisa mobilizou recursos para responder a três principais questionamentos: 1) Houve resistência da população ou da motocicleta com os criminosos? 2) A causa da morte foi pisoteamento? 3) Os agentes prestaram socorro, e se sim, da forma correta?

As principais evidências que vão ser analisadas pela equipe se encontram nos documentos do Inquérito Policial da Polícia Civil e na produção de provas pela investigação defensiva da Defensoria, que seriam adicionadas ao Inquérito à medida em que seriam encontradas, como os Termos de Depoimento dos policiais, o Boletim de Ocorrência, as provas periciais médico-legais, os áudios do rádio da polícia e os vídeos e imagens gravados por câmeras de segurança e testemunhas que se encontravam no local.

A partir disso, e por conta do amplo escopo do trabalho de pesquisa do CAAF no caso, Desirée Azevedo entende a necessidade do desenvolvimento não somente de uma metodologia de trabalho, mas de métodos de análise combinados, que envolva uma equipe diversa, trabalhando em prol e conjuntamente com os familiares das vítimas. Por

sua formação como antropóloga, a abordagem feita por ela, primeiramente, partiu da etnografia dos documentos e material evidenciário⁹.

Com o estudo dos documentos e o entendimento da natureza das evidências existentes no caso, Azevedo percebeu que havia nele uma questão espacial muito forte, e seria muito importante à investigação conseguir trabalhar com as evidências audiovisuais dentro de uma perspectiva espacial e temporal, para conseguir concatenar cada peça separada em uma narrativa única e consistente. Ela havia conhecido o trabalho da AF antes, e percebeu, neste caso, uma possibilidade de uso das ferramentas analíticas do FA para desvelar realidades que não seriam visíveis se as evidências estivessem desconectadas. Para ela, no caso do Massacre de Paraisópolis, era preciso sincronizar essas evidências em rede para poder contar a história dos fatos do que aconteceu:

Paraisópolis é um caso em que você tem uma série de evidências desconectadas, e quando você as compreende, você consegue compreender a dinâmica dos fatos, mas é algo bastante difícil – construir imageticamente essa conexão, tornar aquilo visual. Isso facilitaria muito o trabalho. Mas, não sou arquiteta, não tenho esses instrumentos, então não tínhamos condições de trabalhar com métodos, por exemplo, da arquitetura, que seriam necessários para esse caso, que demanda a espacialização, entender movimentos de multidões, uma série de coisas. Em um caso como esse, os conhecimentos em arquitetura seriam fundamentais para entender o que aconteceu. Então, ao estudar as investigações do FA, as coisas que eles foram capazes de fazer a partir do conhecimento da arquitetura, desse material tecnológico, eu percebi que, apesar de não conseguirmos fazer ou produzir isso de uma mesma maneira, nós conseguiríamos trabalhar a partir de algo que me parece ser um princípio metodológico do trabalho deles, que é a questão da convergência em rede. (Azevedo, 2022, n.p.).

A “convergência em rede” colocada por Azevedo pode ser traduzida para o método do complexo arquitetônico-imagético, ou neste caso, complexo imagético de dados, abordada anteriormente, como um dos princípios metodológicos do grupo. Porém, no caso do CAAF, não havia profissionais em arquitetura, a tecnologia ou verba disponível para a produção de modelagens 3D ou construções arquitetônicas digitais. Por isso, se utilizaram dos métodos de geolocalização, sincronização e sincronização

⁹ Desirée Azevedo não percebe a etnografia propriamente como uma metodologia, mas como uma forma de produção de conhecimento.

entre as peças audiovisuais, para a construção não de um modelo, mas de uma cronologia dos acontecimentos, suportada por dados extraídos das evidências, e também por imagens dos materiais disponíveis, reconstruindo, dessa forma, a dinâmica dos fatos minuto a minuto, e permitindo uma visualização da sequência dos eventos.

Eles [O FA] colocam uma série de evidências que estão desconectadas em relação, as sincronizam, espacializam, as dispõem umas contra as outras, em face das outras. Por isso, pensei, 'bom, isso conseguimos fazer'. Então, a inspiração que eu vou buscar no FA é o princípio metodológico da convergência em rede. A partir dessa possibilidade que eles abrem, o que vamos fazer é pegar todas as evidências e colocar elas para conversar, inclusive as evidências médico-legais. (...) Nesse caso específico, desde o primeiro momento, eu achava que a especificidade da causa da morte poderia nos revelar algo sobre a dinâmica dos fatos. (...) A inspiração é nesse lugar, na possibilidade de colocar essas evidências em relação, e eu entendo isso como um princípio metodológico do trabalho. E o que a gente pode fazer dentro das nossas possibilidades foi isso, sincronizar, cartografar, e fazer a cronologia, numa perspectiva mais descritiva (Azevedo, 2023, n.p.).

Portanto, para reconstruir a dinâmica dos fatos e entender a estruturação da operação policial naquela madrugada, o CAAF analisou cada peça de evidência audiovisual disponível: áudios da rede-rádio da polícia, vídeos de câmeras de comércios na rua principal do baile e diversos vídeos de testemunhas e frequentadores do baile, situando as evidências audiovisuais no espaço, como mostra a **Figura 1**, e estabelecendo relações entre as imagens, destacando ações simultâneas presentes em mais de um material, ou elementos comuns entre elas. Assim, tecendo intersecções entre todas as imagens e dados, como se fossem pedaços de um vidro quebrado, foi possível ter uma versão mais completa do que realmente aconteceu.

Evidências Audiovisuais



Figura 1: Espacialização dos pontos de filmagem das evidências audiovisuais (exceto rádio), com destaque para o epicentro do Baile da DZ7.

Fonte: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022.

A partir disso, o CAAF irá analisar as movimentações em cada material audiovisual, nos momentos mais importantes e dinâmicos da ação policial. A **Figura 2** mostra o primeiro momento da cronologia, às 2h07 da madrugada, quando a operação ainda não havia começado. Na figura, podemos ver o mapa contendo as evidências audiovisuais, frames da filmagem obtida pela câmera de vigilância de uma loja da Ultragaz, e a descrição narrativa do que estava acontecendo naquele minuto específico.

02:07



Câmera de Vigilância Ultragaz

Diversas pessoas estão reunidas na Rua Ernest Renan, confraternizando no epicentro do Baile da DZ7. Aos 25 segundos (02:05:25 no horário na tela), a CAM 2 e CAM 3, cujos ângulos de filmagem são cruzados, registram o início de uma movimentação coletiva. As pessoas olham por alguns instantes para o sentido do cruzamento com a Rua Herbert Spencer. Em seguida, se movem conjuntamente no sentido oposto, o da esquina com a Rua Rudolf Lotze. No canto superior esquerdo da CAM 2 e na CAM 3, podem ser observados reflexos dos faróis de veículos que seguem o mesmo percurso das pessoas. Às 02:06:16 no horário da tela, um clarão, faíscas de explosão e fumaça podem ser visto em ambas as câmeras.

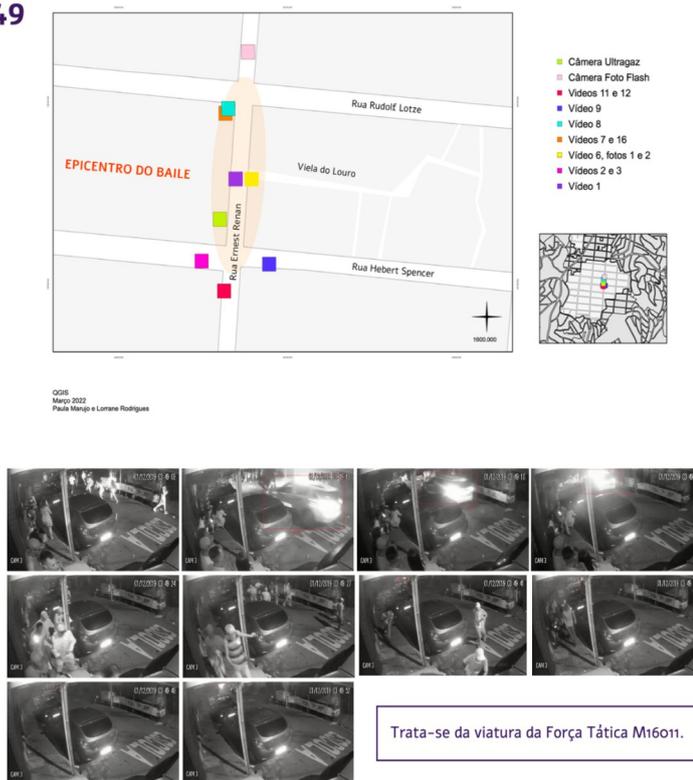


Figura 2: O primeiro momento analisado pela cronologia (2h07), mais de uma hora antes do início da operação policial.

Fonte: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022.

A festa transcorre normalmente por 1h28, até que, às 03h41 ocorre o chamado na rede rádio da polícia relatando a ocorrência com os dois indivíduos na moto na rua Herbert Spencer, e chamando por reforço. Nos 8 minutos seguintes, 4 viaturas atendem o chamado na esquina da Herbert Spencer com a Ernest Renan, e 6 viaturas e 6 motocicletas da ROCAM chegam pela Ernest Renan sentido Rudolf Lotze, configurando a dinâmica do cerco na área mais densa do Baile da DZ7. A partir disso, inicia-se uma movimentação maior nas imagens. A **Figura 3** irá mostrar um momento importante, com pessoas correndo, viaturas passando em alta velocidade e clarões semelhantes a disparos de armas não-letais.

03:49



Câmera de Vigilância Foto Flash

Aos 3 segundos, os frequentadores olham ao mesmo tempo na direção do Baile do Bega. Aqueles que estão na calçada se abaixam atrás de um carro e os que estão na rua correm, a maioria sentido Baile da DZ7. Aos 10 segundos se vê uma viatura de grande porte, de cor predominantemente branca e com faróis luminosos acionados, passando em altíssima velocidade sentido DZ7. Pessoas na calçada observam a movimentação da viatura, que sai do enquadramento, adentrando totalmente o epicentro do baile.

É possível observar reflexos das luzes do seu giroflex nas paredes da Rua Rudolf Lotze. No canto superior esquerdo vê-se pessoas correndo na Rua Rudolf Lotze sentido Av. Giovanni Gronchi, outras correm na Rua Ernest Renan sentido Bega. Vinte segundos depois, às 03:49:30, um carro estacionado na esquina também se move sentido Baile do Bega, seguido por algumas pessoas que ainda aguardavam nas proximidades da câmera. No segundo 41, pessoas fazem movimento corporal de susto. No canto superior do vídeo, é possível observar três policiais e um clarão semelhante a um tiro de arma de fogo na Rua Rudolf Lotze. Às 03:49:46, 43 segundos depois da chegada da viatura, não se pode mais ver ninguém na rua ou no cruzamento. Ocorre nova explosão.

Figura 3: Recorte da cronologia. Análise do minuto 49 das 3h da manhã.

Fonte: (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2022).

Se analisadas separadamente, as evidências audiovisuais que mostram a brutalidade e violência dos policiais dirigida aos frequentadores do baile podem ser entendidas como episódios isolados e interpretados como ações parciais e excepcionais de policiais atuando em legítima defesa. Porém, se concatenadas e observadas em conjunto, os áudios, fotos e vídeos, somados aos depoimentos de testemunhas, permitem a visualização da operação policial como um conjunto, a identificação de viaturas, policiais, agressões, e a demonstração de nexos de causalidade entre as ações, que não seriam visíveis caso não fossem sincronizadas e vinculadas, deflagrando a arquitetura de uma ação planejada de fechamento dos acessos e uso de armas “não-letais”, como gás lacrimogêneo, balas de borracha e garrafadas, em uma multidão já encurralada. Portanto, a cronologia feita pelo CAAF permitiu fazer-visível a dinâmica

do cerco conduzida pelos agentes policiais naquela noite, e decifrar, minuto a minuto, como a sequência de suas ações levou à morte dos nove jovens.

Apesar da reconstrução audiovisual ser muito benéfica ao caso, sua ausência não atrapalha ou prejudica o trabalho investigativo feito pelo CAAF e o suporte técnico-científico provido ao caso em tramitação. O grupo buscou utilizar princípios metodológicos do FA incorporados a uma metodologia combinada, que se beneficia de diversos campos de conhecimento e agentes para compreender e visualizar a dinâmica dos fatos do ocorrido, e dar substância às três contranarrativas estabelecidas: Não foi Pisoteamento, Não foi Socorro, e Não foi Resistência.

Conclusões

O processo de investigação do caso "Massacre de Paraisópolis", embora apenas brevemente resumido neste artigo, exemplifica os métodos de análise da AF, e demonstra sua importância em um contexto investigativo de direitos humanos, assim como características e processos históricos locais específicos que exigem a criação de outras linguagens investigativas, para além da experiência do FA desde o contexto europeu.

O trabalho realizado pelo CAAF ilustra perfeitamente um dos principais métodos de análise do FA colocado anteriormente: a concatenação de evidências e perspectivas visuais situadas em um modelo, ou, neste caso, em uma cronologia poli-perspectiva, que coloca em relação diversos fragmentos perceptivos, para a construção de uma narrativa mais completa e ampla sobre o ocorrido. Além disso, o fato de a própria Polícia Civil ter se utilizado de métodos de análise da AF ao realizar uma perícia espacial e imagética mostra como esse recurso está sendo reconhecido neste ambiente, e sua importância em gerar evidências e visualizações que provem o que aconteceu. A investigação policial, utilizando a reconstrução tridimensional e tecnologias avançadas, procura dar visibilidade à narrativa do Estado, para demonstrar como a ação decorreu de acordo com os testemunhos dos agentes envolvidos. Porém, é crucial entender que a tecnologia não legitima a narrativa, e, neste sentido, se faz ainda mais importante a condução de uma investigação civil capaz de analisar os elementos espaciais e imagéticos e reconstruir os eventos daquela madrugada, de forma a verificar e desafiar a narrativa estatal através de fatos concretos.

Por outro lado, podemos ressaltar uma questão importante e um dos desafios do trabalho da AF no Brasil, que é o financiamento e a capacitação de profissionais como arquitetos, designers, editores de vídeo e programadores para o trabalho específico em casos de violência estatal e violação de direitos humanos. No caso do Brasil, onde a pesquisa em direitos humanos enfrenta desafios em relação à falta de recursos adequados, existe uma dificuldade em obter financiamento suficiente para a contratação à longo prazo de serviços como estes. Esse é um problema a ser enfrentado pela AF na América Latina, pois, os lugares nos quais mais se cometem violações de direitos humanos são também aqueles que possuem menos recursos para combatê-las.

Mesmo assim, por mais que não exista ainda um modelo 3D que reproduza a cronologia realizada pelo CAAF, foi possível a utilização dos princípios metodológicos da AF, ou seja, a interrogação espacial, a determinação de como as coisas estavam em relação umas às outras, a análise do território, das vias, dos corpos dos policiais e das vítimas, e o encadeamento de múltiplos materiais evidenciários, para criar um complexo imagético de dados sobre os acontecimentos daquela madrugada, fazendo visível a dinâmica espacial que confinou a população dentro da comunidade, causando as mortes. Assim, mesmo que não haja as ferramentas tecnológicas da arquitetura, mostrou-se possível e efetiva a leitura e interpretação da metodologia para um contexto real de investigação de um caso de violência policial, que logrou *fazer-visível* essa dinâmica. Portanto, não foi necessária a validação da tecnologia ou do conhecimento técnico em arquitetura para a condução e conclusões da investigação.

Pelo contrário, em entrevista à autora, Davi Quintanilha, defensor público que trabalhou próximo ao CAAF na investigação do caso, disse que o uso dessa metodologia foi algo inédito a ele, e muito valioso no contexto jurídico. Para Quintanilha, isso pode servir como paradigma, para que casos como este possam ter uma resposta adequada ao invés da impunidade, que acontece na maioria das vezes.

Para além disso, podemos observar que há fatores específicos sobre violações de direitos no Brasil que fazem com que sejam necessários outros tipos de abordagens metodológicas, em relação à teoria e prática do FA desde o contexto europeu. A própria espacialidade do caso, a favela e suas vielas, e a violência histórica sistematizada a que esse território é submetido, exigem uma linguagem específica tanto na aproximação à questão, na relação com as famílias das vítimas e com a comunidade, quanto em relação

à questão urbana. O fato de ser uma metodologia inspirada, combinada com outros recursos e conhecimentos, criou outra forma de investigação e outros tipos de resultados alcançados. Neste caso, não diz respeito somente à criação de uma outra linguagem da AF, mas como ela se relaciona a um trabalho de defesa dos direitos humanos que já é realizado por grupos como o CAAF no Brasil, e como os métodos de análise da AF, combinados com outros saberes e inseridos neste contexto foram pertinentes na condução da investigação, e ajudaram a tornar visível a sequência dos fatos e a culpabilidade da polícia e do Estado.

Em conclusão, através da análise teórica e do estudo de caso apresentado, é possível perceber que a AF possui metodologias e recursos importantes para a análise e compreensão de eventos violentos contemporâneos. Também torna-se evidente que, para que a AF possa atuar em outros espaços e territórios, é necessária uma abordagem contextualizada e direcionada, e isso resulta, necessariamente, na criação de outras linguagens e formas de atuação. Para além disso, é importante a constatação de que a área da AF, em atual expansão e transformação, é um campo de conhecimento e prática em formação que, apesar de apresentar desafios, demonstra grande potencial e receptividade na luta por direitos humanos no Brasil.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. 1991. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água.
- BEIGUELMAN, Giselle. 2021. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu Editora.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. 1998. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34.
- FOSTER, Hal. 2021. **O que vem depois da farsa?** São Paulo: Ubu Editora.
- FULLER, Matthew; WEIZMAN, Eyal. 2021. **Investigative Aesthetics: Conflicts and Commons in the Politics of Truth**. Brooklin, NY: Verso Books.
- JAMESON, Fredric. 1997. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática.
- CENTRO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA FORENSE – CAAF. 2022. **O Massacre no baile da DZ7, Paraisópolis**. Relatório 1: Chacina Policial,

institucionalização do caso e a dinâmica dos fatos segundo as evidências. São Paulo: CAAF, Unifesp.

WEIZMAN, Eyal. 2017. **Forensic Architecture: Violence at the Threshold of Detectability**. Brooklyn, NY: Zone Books.

WEIZMAN, Eyal. 2020. "Everything records. The secret is already there if you know how to look". **Mono.Kultur** #48.

WEIZMAN, Eyal. 2022. **Mapping is power** / Entrevistado por Marc-Christoph Wagner. Louisiana Museum of Modern Art.

WISNIK, Guilherme Teixeira. 2018. **Dentro do nevoeiro: arquitetura, arte e tecnologia contemporâneas**. São Paulo: Ubu Editora.